



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 19 DE MAIO DE 2021.

Aprova o fluxo a ser seguido para efetivação de encontro de contas via Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade no caso de incorreção na programação de recurso federal de Média e Alta Complexidade (MAC).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o

MINUTA CIB



financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

- a Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;
- o Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade é mensalmente aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB);
- o princípio da legalidade, um dos pilares fundamentais da Administração Pública, que obriga a estrita observação das normas para o exercício de suas funções;
- o princípio da eficiência, que impõe à administração pública a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de modo transparente, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos;
- o princípio da autotutela, segundo o qual é poder-dever da Administração Pública exercer o controle de seus atos, anulando aqueles que possam estar eivados de vícios que os tornem ilegais ou firam o interesse público;
- a necessidade de correção de inconsistência na programação e/ou transferência financeira de recurso de custeio federal pela Secretaria de Estado de Saúde; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 274ª Reunião Ordinária, ocorrida em 19 de maio de 2021.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovado o fluxo a ser seguido para efetivação de encontro de contas via Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade no caso de incorreção na programação de recurso federal de Média e Alta Complexidade (MAC) no âmbito do Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais (FES/MG).

§ 1º – O regramento visa normatizar a conduta a ser seguida pelas áreas técnicas da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG) para regularização de inconsistências na programação e/ou transferência de recurso federal.

§ 2º – O encontro de contas será operacionalizado por meio de remanejamento de recursos entre os Fundos Municipais e Estadual de Saúde, no âmbito do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade.

§ 3º – As incorreções a serem realizadas via encontro de contas aplica-se, especialmente, nas



situações de adequação do tipo de gestão e nas falhas de programação, processamento e/ou pagamento.

Art. 2º - O fluxo de que trata esta Deliberação compreende:

I – a área técnica elabora nota técnica que explicita a incorreção, detalhando, minimamente, o município, a motivação do equívoco, a(s) competência(s) na(is) qual(is) ocorreu(ram) o equívoco e montante financeiro a ser considerado;

II – a área técnica define como se dará a correção via remanejamento dos tetos municipais na Programação Pactuada e Integrada (PPI/MG), explicitando o quantitativo, o valor de cada parcela e a Forma de Organização da PPI/MG em que se dará a programação;

III – a área técnica juntamente com a Unidade Regional de Saúde encaminha para o município o Termo de Notificação explicitando o fato e dando ciência de como se dará a correção, nos casos em que se tratar de devolução/desconto de recurso no Teto MAC do município;

IV – o município apresenta esclarecimentos/questionamentos que se fizerem necessários, em até 5 dias corridos da data de recebimento, se for o caso; e

V – a área técnica encaminha para a Diretoria de Programação Pactuada Integrada (DPPI) a documentação listada nos incisos I, II e III para realização do remanejamento no Teto MAC para correção.

§ 1º – Caso a incorreção enseje decréscimo no valor do Teto MAC do município, o desconto deverá ocorrer de forma fracionada, sendo que cada parcela não deve ultrapassar o valor máximo de até 10% do valor mensal do teto total (1/12 da programação anual) ou em outro formato de comum acordo entre as partes.

§ 2º – Caso a incorreção enseje acréscimo no valor do Teto MAC do município, o ressarcimento deverá ocorrer em parcela única ou parcelado, a ser combinado entre as partes, em conformidade com disponibilidade de saldo no Teto MAC do Estado (IBGE 310000).

§ 3º – Conforme inciso IV, caso o município discorde da proposta apresentada, cabe à área técnica, com o apoio da Superintendência de Planejamento e Finanças (SUBSILS/SPF), proceder com o rito formal de devolução de recursos federais mediante DAE para o Fundo Estadual de Saúde, observada a legislação vigente.

§ 4º – Os acréscimo e/ou decréscimo serão realizados em relação ao valor integral identificado, sem correção monetária, tendo como premissa que o recurso independente da situação encontra-se aplicado em ações e serviços de saúde.

§ 5º – Caso a DPPI seja acionada até o dia 15 do mês, com a documentação completa que consta



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

nesse processo, a correção será realizada no Teto MAC da próxima competência da PPI, cujo efetivo repasse financeiro se dará na parcela subsequente à competência de programação, e, se após essa data, em duas competências seguintes.

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, para incorreções identificadas a partir da competência de publicação.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

MINUTA CIB